

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**
2 **ATA DA 321ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE**
3 **LONDRINA**

4 Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às treze horas e trinta
5 minutos, por vídeo conferência, após a constatação do quórum necessário, reuniram-
6 se os membros do CMS para a 321ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de
7 Saúde de Londrina. O presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina –
8 **Lincoln Ramos e Silva** - abre a reunião agradecendo a presença dos vereadores
9 Ailton Nantes, Lenir de Assis e Thiago Henrique de Souza (Chavão), membros da
10 Comissão de Seguridade Social da Câmara Municipal de Londrina. Lincoln passa a
11 palavra para que os vereadores possam se apresentar ao conselho. A vereadora
12 **Lenir de Assis** inicia dizendo que a comissão fez questão solicitar uma participação
13 na reunião do CMS, pois trata-se de um conselho muito importante para a cidade,
14 mas acima de tudo gostaria de mostrar o comprometimento da comissão e de toda
15 CML com as causas e proposituras da saúde , que por conta de toda crise vivenciada,
16 é uma política que merece toda atenção para que ela esteja de acordo com o que
17 preconiza o SUS e com condições de atender a população. O cenário atual é grave e
18 incerto devido a pandemia mundial, então é preciso muita cautela, vigilância, então é
19 neste sentido que a Comissão de Seguridade Social quer trabalhar. Lenir prossegue e
20 diz que a comissão já participou da reunião do Conselho de Assistência Social, está
21 participando hoje da reunião do CMS e certamente terá contato com a questão da
22 previdência, pois são os três pilares que compõe a seguridade social. Lenir finaliza se
23 colocando à disposição do CMS e diz que infelizmente as reuniões do CMS batem
24 com as da comissão, mas sua assessoria estará participando para representá-la e
25 depois repassar o que foi debatido. O vereador **Thiago Henrique de Souza**
26 (Chavão) cumprimenta a todos os presentes e se coloca à disposição de todo CMS. O
27 vereador Ailton Nantes diz que não poderá participar de toda reunião, mas seu
28 assessor Tony estará o representando e depois irá repassar o que foi deliberado.
29 Nantes diz que seu gabinete está à disposição para dialogar para o bem de todo
30 município. A vereadora Lenir de Assis informa que na última semana, por iniciativa do
31 próprio vereador Nantes, foi instaurada na CML a Comissão Especial Para
32 Acompanhamento Da Covid, a qual é presidida pelo vereador Nantes. O presidente
33 **Lincoln Ramos E Silva** destaca a importância de os assessores estarem
34 acompanhando a reunião para que os vereadores possam começar a entender quais
35 são as demandas do CMS. O conselheiro **Fernando Marcucci** - *1º vice-presidente do*
36 *CMS-*, dá início aos trabalhos colocando a pauta do dia em apreciação: 1- *Análise e*
37 *Aprovação da Pauta da 321ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da 320ª*
38 *Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;* 2- *Apresentação do Teto Mac;* 3-
39 *Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente aos meses de*
40 *Setembro a Dezembro/2020 - Sandra Silva;* 4- *Aprovação do Parecer do Tribunal de*
41 *Contas;* 5- *Apresentação e Apreciação do Relatório Quadrimestral;* 6- *Demandas dos*
42 *Conselheiros/Comissões;* 7- *Aprovação de Lista de Equipamentos que serão*
43 *Adquiridos com saldo de Recursos Estaduais anteriormente recebidos;* 8- *Informes.*
44 Na sequência, atendendo a um encaminhamento do conselheiro Edvaldo Viana, o

45 CMS faz um minuto de silêncio em memória dos conselheiros Natal de Oliveira e
46 Elaine Bordin. Não havendo pedidos de alteração a pauta do dia é aprovada. Na
47 sequência o conselho passa a discutir a ata da 320ª Reunião Ordinária do CMS. Não
48 havendo manifestações a ata é aprovada pelo CMS. O conselheiro **João Batista** se
49 absteve do voto por não ter participado da última reunião. A conselheira **Rita**
50 **Domansky** se absteve do voto. O conselheiro João Batista Martins se apresenta
51 como novo representante do CRP de Londrina e diz que um prazer e um grande
52 aprendizado participar do CMS, espera então poder contribuir com reflexões junto ao
53 conselho e implementar a função de saúde mental do conselho para implementação
54 das políticas do SUS, dos CAPS e a decorrência dos instrumentos para que se
55 garanta a saúde mental no município. Na sequência é passado ao ponto de pauta
56 “Apresentação Do Teto MAC”. **Andressa** (SMS/DRAS) realiza a apresentação e se
57 coloca à disposição para esclarecimentos. O conselheiro **João Batista** questiona o
58 que é MAC e AIH. O conselheiro **Fahd Haddad** explica que MAC significa média e
59 alta complexidade, o Ministério da Saúde repassa recursos específicos para a
60 atenção básica, vigilância sanitária, atendimento de serviços ambulatoriais e
61 hospitalares, sendo que esta é a parte da MAC. Fahd prossegue e explica que AIH
62 significa autorização de internação hospitalar, pois antes do paciente internar os
63 auditores autorizam uma internação e com isso se faz a conta e é cobrado do SUS.
64 Fahd questiona que na página 3 constam 70 milhões de reais no total do que está
65 aprovado e não repassado, na página 4 são mais 5 milhões 363 mil de extrapolação
66 de diária, portanto, gostaria de saber se estes 5 milhões estão dentro dos 70 milhões
67 ou tem de ser somados à parte. Fahd questiona qual a perspectiva de o município
68 receber este recurso de 75 milhões do MS, visto que alguns prestadores já entraram
69 com ação judicial. **Andressa** (SMS/DRAS) responde que nos 70 milhões não estão
70 os 5 milhões de extrapolação de diária de capacidade instalada, pois o MS não
71 reconhece como dívida o que está acima da capacidade instalada, logo, a dívida
72 oficial são os 70 milhões, sendo que vai ser preciso ainda fazer uma correção devido
73 a portaria ministerial em relação aos leitos covid do HU, algo que vai estar na
74 próxima apresentação. Em relação ao questionamento sobre perspectiva de Londrina
75 receber estes recursos em discussão, a SMS todo mês tem encaminhado ofício com
76 esta mesma apresentação do CMS e mais alguns dados para o MS solicitando
77 revisão do teto, mas a resposta é sempre que a solicitação está em análise, mesmo
78 as ações do HEL e da ISCAL contra o Ministério da Saúde ainda estão sob análise,
79 então não tem nenhuma previsão concreta para passar ao conselho. O conselheiro
80 **Luiz Koury** diz que é muito triste constatar que a cada mês a dívida só aumenta,
81 especialmente numa época de pandemia onde os hospitais estão mais precisando de
82 aporte financeiro para sobreviver, e há está insensibilidade do MS de aumentar o teto
83 de Londrina, pois já são 70 milhões de dívidas acumuladas em apenas 1 ano, além
84 disso os 5 milhões não reconhecidos pelo MS que significa que tem mais pacientes
85 do SUS do que os leitos colocados à disposição, sendo que não se reconhece que
86 estes leitos é porque são retirados dos convênios e particulares para dar espaço ao
87 SUS, por isso é que a capacidade instalada é sobrepujada pelo número de pacientes,
88 e ainda é penalizado duas vezes, primeiro porque deixa de receber receita de

89 convênios e particular e depois porque o SUS não paga a conta do seu paciente
90 porque ultrapassou os leitos oferecidos, ou seja, trata-se de uma aberração que não
91 tem cabimento, inclusive é até chato falar disso todo mês e não sair do conselho
92 nenhuma medida prática em direção ao ministério, a SMS diz que todo mês manda
93 um ofício, mas não consta que em algum mês o conselho tenha feito a mesma coisa,
94 quando cabe inclusive moção de repúdio, mas o conselho fica imóvel e apenas
95 olhando o que está acontecendo e esperando para ver o que vai dar algum dia. Koury
96 coloca que na página 3 da prestação de contas consta “processada SIH – extrapolou
97 o prazo de 180 dias/autorizado pelo prestador”, mas não devia constar a frase
98 “autorizado pelo prestador”, pois nenhum prestador autoriza não receber pelo seu
99 atendimento, inclusive já pediu para que fosse retirada essa expressão, pois dá a
100 entender que o próprio prestador está abrindo mão de receber aquilo que lhe é
101 devido. O conselheiro **Lincoln Magalhães** questiona se a SMS pode disponibilizar
102 cópias dos ofícios que a DRAS tem encaminhado mensalmente para o Ministério de
103 Saúde, pois assim poderá juntar ao processo do HEL contra o MS. Lincoln questiona
104 se o conselho tem alguma assessoria jurídica para analisar se seria possível o
105 conselho entrar como *amicus curiae* no processo do HEL e da ISCAL caso ela tenha
106 interesse, pois assim o conselho poderia ajudar o processo a ser avaliado pelo juiz,
107 sendo que o CMS seria uma ajuda de peso nesta situação. Lincoln questiona qual a
108 estratégia técnica efetiva da SMS que o governo federal chegue no que seria o teto
109 normal de Londrina. Andressa (SMS/DRAS) diz que em relação a fala do Drº Koury ,
110 na verdade onde consta “processada SIH – extrapolou o prazo de 180 dias/autorizado
111 pelo prestador”, é que já foi discutido que não seriam mais bloqueadas contas dos
112 prestadores, a SMS recebeu ofício da Santa Casa, HEL e Hoftalon dizendo que não
113 gostariam de que fossem bloqueadas as contas, então tudo que é realizado dentro do
114 mês é apresentado para o MS, então é isso que significa o termo autorizado pelo
115 prestador. Com relação aos ofícios citados pelo Lincoln, ele pode encaminhar um
116 ofício a SMS solicitando a cópia dos ofícios que a SMS tem encaminhado ao MS, mas
117 já adianta que é praticamente uma cópia do que é apresentado ao CMS. Em relação
118 ao último questionamento do Lincoln, o que está dentro da governabilidade da SMS é
119 demonstrar e solicitar incessantemente junto ao MS a revisão do teto de Londrina, a
120 PML não tem recursos para manter o extrapolemto mensal e arcar com essas
121 despesas, o que a SMS está fazendo de efetivo é demonstrar isso junto ao MS de
122 forma incessante, por ofício, e-mail, ligando toda semana , o secretário já foi várias
123 vezes a Brasília conversar com o MS junto com o prefeito, ou seja, a SMS tem feito
124 tudo que está a seu alcance. O conselheiro **Edvaldo Viana** coloca que a Comissão
125 de Orçamento E Finanças é que deve tratar desse assunto , já foi aberta a
126 possibilidade, mas não houve o respaldo dos prestadores, ou seja, se eles tem
127 interesse de resolver isso eles é que devem procurar a comissão e por lá tentar
128 resolver o problema, senão todo mês esta discussão irá se repetir. O conselheiro
129 **Laurito Porto Filho** coloca que há algumas reuniões foi feita uma proposta de
130 acionar a Comissão De Orçamento E Finanças do CMS, esta elaborar um relatório de
131 todas as pendências , posteriormente seria feito uma comissão para busca de apoio
132 político, pois como todos bem sabem, nem o orçamento da união para 2021 está

133 aprovado, então há espaço para debate e buscar articulações para conversar com o
134 MS, mas ocorre que os próprios prestadores acabaram colocando nas reuniões do
135 CMS que isso era inviável, pois já tentaram uma vez e não conseguiram , mas se a
136 porta estava fechada uma vez será que ela estará fechada sempre, ou seja, é preciso
137 tentar novamente, não dá para ficar jogando a responsabilidade apenas na costa do
138 município, a proposta foi feita e aprovada pelo conselho, mas os próprios prestadores
139 não querem participar da situação para tentar uma solução, então não basta apenas
140 jogar a responsabilidade nas costas do município, pois ele não tem condições
141 financeiras de arcar sozinho com todas as despesas, a própria CF coloca que cada
142 ente federativo tem seu papel na gestão financeira do SUS, então o conselho pode ter
143 um relatório da Comissão De Orçamento E Finanças para subsidiar o debate com
144 parlamentares, buscar apoio na CML, na Assembleia Legislativa do PR, na congresso
145 e no senado, para que assim se possa conversar com o MS e colocar em pauta a
146 situação do déficit que é feito por uma tabela que não é atualizada, o Brasil vive uma
147 situação difícil onde muita gente saiu dos planos de saúde para ir para o SUS, se isso
148 não for debatido com o MS o déficit ficará cada vez maior, a situação econômica é
149 difícil e o cenário não vai melhorar. O conselheiro **Luiz Koury** afirma que os
150 prestadores não estão jogando a responsabilidade nas costas do município e muito
151 menos desinteressados, tanto que levantam essa questão em todas as reuniões para
152 que o conselho não possa alegar depois que não sabia da situação, inclusive a prova
153 que não colocam nas costas do município é que o HEL e ISCAL entraram na justiça
154 contra o Ministério da Saúde e o Hoftalon também vai entrar, se um dia vai receber
155 não sabe dizer, dizem que precatórios são pagos no ano seguinte, então os
156 prestadores estão muito interessados e o conselho deveria se interessar também,
157 pois todos aqui usam os hospitais, e não são somente os filantrópicos, baste olhar
158 para o quanto o HU tem para receber, então fica muito preocupado com a situação,
159 inclusive comentou que o deputado federal líder do governo na câmara aumentou o
160 teto da cidade dele quando ele era ministro e já falou para várias pessoas, inclusive
161 para sua pessoa e para o prefeito Marcelo, que não iria aumentar o teto de Londrina
162 porque eles estavam querendo quebrar o SUS, então com este tipo de argumento
163 político não acredita que isto vá funcionar , por isso que os prestadores estão
164 entrando na justiça, agora o conselho fez exatamente o que, será que é preciso oficial
165 a comissão sendo que ela participa das reuniões e está vendo o que está
166 acontecendo. O conselheiro **João Batista** diz que pelo que está entendendo está
167 discussão vem de longa data e concorda com a encaminhamento proposta pelo
168 conselheiro Koury de que o CMS se manifeste junto ao MS, por meio de uma
169 representação ou com uma nota de repúdio ou qualquer documento que marque um
170 posicionamento político do CMS, não sabe se o precatório é pago no ano seguinte,
171 inclusive isso fragiliza as relações entre as instituições de saúde, há uma instituição
172 pública como HU que deve ser garantida e a dívida cresce, talvez outro
173 encaminhamento é que gostaria de saber se há algum tipo de discussão a nível
174 estadual a respeito desta dívida e se outros municípios estão passando pelo mesmo
175 problema e se esta discussão tem ressonância no CES, pois uma articulação
176 estadual seria bastante interessante para uma pressão política junto ao MS, quiçá

177 uma articulação nacional, pois trata-se de uma questão que não diz respeito apenas a
178 Londrina, o estado vem paulatinamente se retirando da sua responsabilidade para
179 com a saúde pública. João Batista finaliza dizendo que a proposta do *amicus curiae* é
180 bastante pertinente, pois de certa forma o controle social se faz presente neste tipo de
181 ação jurídica e pode ali apoiar e referendar o encaminhamento dos processos em
182 andamento contra o Ministério Da Saúde. **Andressa** (SMS/DRAS) responde que essa
183 é uma discussão que tem sido feita amplamente no estado e em todo Brasil. O
184 conselheiro **Fahd Haddad** propõe que o coordenador da Comissão De Orçamento E
185 Finanças marque uma reunião com os prestadores para discutir internamente o
186 problema propor a melhor estratégia para ajudar o gestor a buscar a melhoria do teto
187 financeiro. O conselheiro **Fernando Marcucci** diz que o conselheiro Fahd Haddad
188 faz parte da Comissão De Orçamento E Finanças. O conselheiro Fahd Haddad diz
189 que entrará em contato para agendar a reunião com a comissão. O presidente
190 **Lincoln Ramos E Silva** afirma que o conselho sempre esteve disposto a tentar
191 ajudar a resolver esse problema que já vem de longe, mas não obteve êxito nos
192 últimos movimentos para tentou, agora o conselho está recebendo a informação que
193 os prestadores estão entrando na justiça, o que depende da comissão de finanças ela
194 vai continuar fazendo o seu papel que é de primeiro externar o problema e depois de
195 tentar buscar soluções, todas as propostas feitas foram neste sentido, todos estão
196 caminhando no mesmo rumo, mas é preciso ter um pouco de tranquilidade quanto a
197 isso para não começar a resgatar defuntos. No tocante a proposta do Fahd não vê
198 nenhum problema, mas se preocupa com a proposta do conselheiro Lincoln
199 Magalhães, pois não sabe se o conselho tem esta atribuição e competência de estar
200 entrando como figura ativa num processo judicial, portanto, gostaria que esse
201 questionamento fosse feito por escrito para que o conselho possa consultar a
202 assessoria jurídica da PML para ver se isso seria ou não possível. O conselheiro
203 **João Batista** pede questão de encaminhamento e questiona se sua proposta do CMS
204 buscar uma articulação estadual foi ou não aprovada. O conselheiro **Fernando**
205 **Marcucci** responde que todos os encaminhamentos propostos serão analisados
206 primeiramente na Comissão De Orçamento e Finanças e depois disso o conselho vai
207 determinar qual medida adotará. O conselheiro **Ângelo Barreiros** diz que seria
208 importante que essa questão fosse encaminhada para o CES e CNS. O senhor
209 Francisco da Comissão de Saúde Pública da AML pede a palavra e diz que a AML
210 tem interesse em participar da Comissão Estadual de Saúde se possível. O
211 presidente **Lincoln Ramos E Silva** explica que cada conselho em sua esfera tem um
212 regimento a ser seguido, logo, as comissões pertinentes ao CMS são aquelas criadas
213 dentro dele, se o interesse é em participar de comissões do conselho de Londrina isto
214 poderá ser garantido, mas comissões do CES devem ser tratadas com o próprio, se a
215 AML participa do CES ela tem como indicar , caso contrário não. A conselheira **Rita**
216 **Domansky** diz que a AML pode participar, só não poderá votar. O senhor Francisco
217 explica que o interesse não é dele pessoa física e sim da entidade AML, para que a
218 mesma tenha conhecimento do que está sendo discutido nas comissões. O
219 presidente **Lincoln Ramos** sugere que a AML encaminhe ofício para o CES
220 solicitando a participação. O conselheiro **Ângelo Barreiros** relata que é coordenador

221 da Comissão de Orçamento e Finanças do CES e esclarece que as reuniões são
222 públicas e qualquer pessoa pode participar, se AML quer participar basta fazer um
223 pedido para a secretaria executiva do CMS e ela enviara o link para participar das
224 reuniões. Seguindo os trabalhos o conselho passar a discutir o terceiro ponto da
225 pauta "*Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente aos meses de*
226 *setembro a dezembro/2020 - Sandra Silva*". Sandra Regina Silva (SMS/DF) realiza a
227 apresentação da prestação de contas e coloca-se a disposição para os
228 questionamentos. O conselheiro **Edvaldo Vianna** questiona que o conselho ainda
229 está esperando pelas ressalvas da prestação de contas anterior e o Laurito vai fazer a
230 leitura das ressalvas da prestação que acabou de ser apresentada. O conselheiro
231 **Laurito Filho** coloca que no dia 08 de fevereiro a comissão de finanças se reuniu
232 para deliberar sobre a prestação de contas que seria apresentado no CMS, então ela
233 foi de parecer favorável a aprovação das contas do período de outubro a dezembro
234 de 2020 com as seguintes ressalvas: *informações sobre utilização dos recursos da*
235 *fonte 340, relatório de aplicação dos recursos da fonte 499, exceto o recurso FAN,*
236 *relatório de avaliação das entidades do terceiro setor prestador de serviço que será*
237 *definido pela comissão, pendências dos relatórios de auditoria dos contratos firmados*
238 *com o Cismepar, não priorização da atenção básica por parte do financiamento*
239 *estadual e federal e análise das notas fiscais dos contratos de manutenção de*
240 *veículos que será feito pela comissão. A comissão solicita que seja alterada a planilha*
241 *de entrega de vales- transporte fornecidos aos pacientes do município, pois a planilha*
242 *somente conta com os valores e não o nome de quem recebeu os vales-transporte. A*
243 *comissão solicitas as portarias que se referem aos repasses de recurso para*
244 *enfrentamento da covid 19, sendo que nesta questão existe as contas covid e*
245 *algumas delas não tem a identificação de qual portaria que regula sua utilização e*
246 *várias destas contas não foram utilizadas. A comissão solicita relatório de consultas e*
247 *exames, bem como as consultas faltantes. As reuniões foram realizadas com quórum*
248 *mínimo devido a pandemia de coronavirus.* O conselheiro **Fernando Marcucci**
249 questiona onde identificar a fonte do castra-móvel. Marcucci coloca que a comuniaids
250 relatou que estão com dificuldade na compra de cesta básica que são doadas para
251 pacientes acompanhados pelo ambulatório. **Sandra Regina Silva** (SMS/Financeiro)
252 responde que não tinha conhecimento da dificuldade na aquisição das cestas, mas
253 pelo que apurou parece que a empresa solicitou reequilíbrio de preços, por isso as
254 cestas ainda não foram compradas. Em relação a castração de animais ela está no
255 item recursos livres na fonte 305 da vigilância epidemiológica. O conselheiro **Edvaldo**
256 **Viana** solicita que a comuniaids faça um parecer sobre o problema da cesta e
257 encaminhe para a comissão de orçamento e finanças. **Sandra Regina Silva**
258 (SMS/Financeiro) diz que o que ocorre é que todas as aquisições da SMS tem de ser
259 baseadas num processo licitatório e com contrato, então tem um ata de registro de
260 preço para que se possa fazer a compra dos itens para montar a cesta, mas a
261 empresa que ganhou a licitação não está mais concordando com os preços firmados
262 no contrato, então como teve um aumento de preços de modo geral, eles estão
263 solicitando que a SMS pague mais caro do que foi contrato, sendo que isso tudo tem
264 burocracia que demora um pouco para resolver, mas a SMS vai tentar agilizar isso e

265 resolver esse entrave o mais rápido possível. O conselheiro **Edvaldo Viana** reafirma
266 seu pedido para que a comunaids faça um parecer sobre o assunto e encaminhe
267 para o CMS. Não havendo mais assunto, o CMS aprova a prestação de contas aos
268 meses de setembro a Dezembro/2020 com as ressalvas apresentadas pela Comissão
269 Orçamento Finanças. O conselheiro **Lincoln Ramos** se abstém do voto por não ter
270 participado das discussões devido a estar de férias. O conselheiro **João Martins** se
271 abstém por não ter participado das discussões. O conselheiro **Edvaldo Zanuto**
272 também se absteve do voto. O conselheiro **Fernando Marcucci** informa que o
273 conselho precisa aprovar um parecer de aprovação das contas de 2020 para o
274 Tribunal de Contas. O conselheiro **Luiz Koury** diz que no ano passado foi incluída a
275 ressalva de que haviam contas pendentes a pagar para os prestadores de serviço,
276 mas não viu dentre as ressalvas apontadas hoje alguma neste sentido, logo, gostaria
277 de propor que em razão da insuficiência de recursos repassados do FNS ao FMS, há
278 um valor pendente que deve ser repassado aos prestadores de cerca de 70 milhões
279 de reais. O conselheiro **Edvaldo Viana** coloca que os prestadores têm um
280 representante na Comissão De Orçamento E Finanças, então seria importante os
281 prestadores conversarem para que o seu representante leve as demandas do
282 segmento para a comissão. O conselheiro **Luiz Koury** coloca que sua proposta é
283 porque a plenária vai aprovar um parecer das contas do ano de 2020, então tem o
284 direito de propor que seja colocado uma ressalva que não foi proposta pela comissão.
285 O conselheiro **Ângelo Barreiros** diz que como o parecer será encaminhado para o
286 TC, seria importante fazer uma anotação de que existe um déficit da união com o
287 município e o respectivo valor total de 75 milhões. O conselheiro **Fahd Haddad**
288 esclarece que ele é o representante dos prestadores na comissão de finanças, este
289 assunto do déficit do município não é discutido na comissão, essa planilha é
290 apresentada apenas na reunião da plenária, por isso que não entra no relatório, mas
291 com a sugestão do Drº Koury isso pode ser incluído na próxima reunião, basta
292 apresentar isso na avaliação das contas, algo que não é feito na comissão de
293 finanças. O conselheiro **Luiz Koury** questiona se para os que votaram hoje no
294 parecer para o TC, vai caber aguardar uma próxima reunião de finanças para incluir
295 neste relatório, pois pelo que está entendendo o ano de 2020 está sendo encerrado hoje.
296 O conselheiro **Fahd Haddad** coloca que vai ser colocado na reunião da comissão o
297 déficit acumulado de um ano para o outro. O conselheiro **Luiz Koury** questiona se
298 para o TC vai uma conta fechada e redonda, com o que entrou e o que saiu. O
299 conselheiro **Laurito Porto Filho** coloca que consta na linha 40 a 43 da ata da
300 comissão de finanças a discussão dos valores retidos e não pagos, a comissão vem
301 conversando e quer saber qual é a atualização dos valores e como anda o pagamento
302 aos prestadores, uma vez que isso afeta aos usuários. Quanto a proposta do Drº
303 Koury, concorda com a posição do mesmo, pois relatar esse problema no parecer
304 pode ajudar no debate para buscar uma solução. O presidente **Lincoln Ramos** diz
305 que o pleno é soberano e pode aprovar ou não qualquer proposta feita pelos
306 conselheiros. A conselheira **Rosilene Machado** explica que a prestação de contas
307 junto ao TC está apenas referendando que o CMS acompanhou as contas 2020, mas
308 ele não exige toda revisão que o TC faz e não tem problema se o pleno entender que

309 deve colocar no parecer que os recursos não são suficientes. *O CMS aprova parecer*
310 *favorável as contas 2020 com todas as ressalvas apresentadas durante o ano e a*
311 *inclusão da ressalva proposta pelo conselheiro Luiz Koury.* Seguindo com os
312 trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta seguinte: *Apresentação e Apreciação*
313 *do Relatório Quadrimestral.* **Evilin Gorckis** (SMS/DPGS) esclarece que o documento
314 foi enviado com antecedência para os conselheiros e está à disposição para os
315 esclarecimentos necessários. A diretora **Rosilene Machado** destaca que foi feita uma
316 correção no slide da ouvidoria e a SMS já mandou a mesma para a secretaria do
317 CMS. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona que neste quadrimestre foram
318 entregues as reformas das unidades Cabo Frio, Jamile, Marabá, Maravilha e Ideal,
319 logo, gostaria de um parecer da comissão de obras para que no futuro se saiba o que
320 foi aprovado, pois é complicado simplesmente dizer que foram entregues essas obras
321 e não haver um parecer da comissão se foi cumprido o contrato, quanto custou,
322 quanto demorou, se teve aditivo. Viana coloca que foram entregues o PAI, Centrolab
323 e nova ala da maternidade, portanto, também gostaria de parecer da comissão sobre
324 estas obras. Viana questiona que a SMS realizou a campanha de vacinação contra a
325 paralisia infantil com a aplicação de 17339 doses de vacina, logo, gostaria de parecer
326 da comissão de acesso ao SUS. Viana pede parecer da comissão de obras sobre o
327 andamento das obras na unidade Jardim Leonor, sede do SAMU, Maternidade e UBS
328 São Luís. Viana pede parecer e relatório sobre tabletes comprados para uso dos
329 agentes comunitários de saúde. Viana pede parecer da comissão de acesso ao SUS
330 sobre os atendimentos da equipe do consultório de rua. Viana pede parecer da
331 comissão de acesso ao SUS sobre os atendimentos do CAPS. Viana pede parecer da
332 comissão de acesso ao SUS sobre os atendimentos de enfrentamento a covid na
333 unidade Chefe Newton, Maria Cecilia, Ouro Branco, Vila Ricardo, Jardim
334 Bandeirantes e Guanabara. O conselheiro **Laurito Porto Filho** questiona quantas
335 pessoas foram contratadas no teste seletivo, quando eles iniciaram as atividades, se
336 estes foram para todas as unidades e qual a quantidade por vaga. Laurito questiona
337 como estão as tratativas do município com o instituto Butantã para compra de
338 vacinas. Laurito questiona qual o índice de resolutividade das denúncias e
339 reclamações feitas a ouvidoria. Laurito questiona qual a dificuldade na transmissão de
340 dados citada na página 22. Laurito questiona na página 25 uma demanda que já havia
341 solicitado no relatório passado que a apresentação viesse com a especificação das
342 categorias e itens atendidos, senão fica somente o número geral e não dá para saber
343 o quadro real do que está acontecendo na produção da atenção básica, o mesmo
344 acontecesse nas páginas 26 e 27. Laurito questiona em relação as atividades do
345 NASF na covid na página 28, foi pedido na última reunião que fosse encaminhado um
346 relatório com as empresas visitadas e o número de trabalhadores atendidos e que
347 este fosse encaminhado para a CIST, algo que não foi feito. Laurito pede que os
348 atendimentos do consultório de rua sejam estratificados por categoria e item. Laurito
349 questiona que na página 33, no item gestão e monitoramento do bolsa família,
350 gostaria de saber qual o período da 1ª vigência de 2020. Laurito questiona quais
351 unidades de saúde estão vinculadas as escolas municipais na página 42. Laurito
352 questiona qual o motivo do asterisco na página 60 nos atendimentos dos CAPS.

353 Laurito questiona qual é legendas de cada letra da página 69 a respeito do serviço de
354 internação domiciliar. Laurito questiona se as internações do HCOR na página 80 está
355 incluído internações por covid. Laurito questiona sobre aumento das doenças
356 infecciosas e parasitárias da página 84 e qual justificativa. Laurito questiona se
357 comparativo do terceiro trimestre de 2019 com o terceiro de 2020 na página 90
358 tiveram impacto devido a pandemia. Laurito questiona se na página 91 estão incluídas
359 as denúncias de covid. Laurito questiona quais os pedidos e objetivos nos pedidos de
360 pesquisa na página 99. Laurito questiona quais são as principais doenças da
361 dispensação de medicamentos na página 102. O conselheiro **Fernando Marcucci**
362 coloca que como são muitos questionamentos, os conselheiros poderiam mandar os
363 questionamentos por escrito para facilitar o trabalho da secretaria. O presidente
364 **Lincoln Ramos** questiona que talvez fosse o caso de trazer junto com o relatório
365 quadrimestral a pactuação anual, verificando as metas e aquilo que for cumprido
366 dentro de cada meta, assim é possível enxergar melhor aquilo for acontecendo no
367 quadrimestre. A diretora **Rosilene Machado** responde que isso já é feito com os
368 indicadores obrigatórios, porém, o que está faltando é a comissão de
369 acompanhamento da PAS, relatório quadrimestral e RAG se reunir. O presidente
370 **Lincoln Ramos** propõe que a comissão então se reúna para fazer esta análise. A
371 diretora **Rosilene Machado** explica que a comissão precisa fazer um calendário, pois
372 é isso que está faltando, pois muitas vezes a SMS não consegue esperar a comissão
373 se reunir devido as prazos obrigatórios de prestação de contas do relatório
374 quadrimestral que é a Lei 141, então a Comissão De Instrumentos de Gestão tem de
375 trabalhar muito para cumprir todos os instrumentos de planejamento. O presidente
376 **Lincoln Ramos** sugere que seja feito como é feito na comissão de finanças, seria
377 aprovado o relatório quadrimestral e os apontamentos entrariam como pendências
378 para as próximas reuniões. Lincoln questiona como está a questão de contratação e
379 recursos humanos, principalmente para vigilância. **Rosilene Machado** responde que
380 a SMS tentou disparar um processo de concurso público ano passado, foi feito
381 previsão de vagas e encaminhado para a gestão, mas com a nova lei do município
382 que alterou algumas questões dos cargos, houve um impedimento de fazer esse
383 concurso público enquanto a comissão do PCCS não se reunia e resolvia estes
384 problemas dos novos cargos, por isso que todas as contratações mais urgentes tem
385 sido feitas com processo seletivo, mas pelo que sabe a comissão vai se reunir este
386 ano para resolver isso e então a prefeitura poder realizar concurso público. Amanda
387 (SMS/RH) diz que a última informação passada foi que o concurso ainda está sob
388 análise da comissão e há uma solicitação de parecer jurídico junto a PGM, mas pelo
389 andar que a SMRH repassou o parecer deve ser positivo para alguns cargos. O
390 presidente **Lincoln Ramos** diz estar muito preocupado com a questão da dengue, os
391 casos têm aumentado em toda cidade e daqui a pouco vamos ter uma epidemia no
392 município, então a gestão deveria dar uma priorizada neste tipo de contratação.
393 **Amanda** (SMS/RH) diz que a gestão tem sempre cobrado isso e acredita que se for
394 preciso será possível abrir teste seletivo em casos de emergência. O presidente
395 **Lincoln Ramos** diz que teste seletivo na dengue é complicado, pois quando o sujeito
396 começa a aprender a dinâmica de trabalho o contrato acaba, por isso é preciso

397 pensar em alternativas para resolve o problema. Amanda (SMS/RH) diz que pode ser
398 feita uma solicitação para ver se a situação foi resolvida ou pelo menos para quais
399 cargos o parecer seria favorável. O conselheiro **Edvaldo Viana** informa que o
400 conselheiro Laurito é o novo membro da Comissão de Instrumentos de Gestão. Na
401 sequência é passado ao ponto de pauta: *Demandas dos Conselheiros/Comissões*.
402 Respondendo a um questionamento do conselheiro **Ângelo Barreiros** sobre a
403 questão o eletrocardiograma, Andressa (SMS/DRAS) responde que se trata de um
404 exame de média complexidade solicitada pela UBS, o protocolo que ainda não foi
405 validado estabelece que este exame será regulado assim como os demais exames,
406 atualmente este protocolo está em fase de finalização e assim que possível ele será
407 implementado, não somente o eletrocardiograma, mas também o RX e outros
408 exames. O conselheiro **Fernando Marcucci** questiona como está a fila de espera
409 destes exames. Andressa (SMS/DRAS) para estes exames é longa, pois são poucos
410 prestadores de serviço, justamente devido ao valor que o SUS paga, tanto que se não
411 fosse a Policlínica a fila seria ainda maior. O presidente **Lincoln Ramos** questiona
412 quanto tempo está demorando para a pessoa conseguir fazer o exame. Andressa
413 (SMS/DRAS) responde que isso depende, pois hoje não existe regulação oficial, este
414 exame não entra no saúdeweb, mas as unidades ligam e solicitam prioridade para os
415 exames que tem mais pressa para serem feitos e o paciente consegue, mas não
416 saberia informar tudo isso de imediato, mas pode trazer isso futuramente. O
417 conselheiro Edvaldo Viana solicita que a Comissão de Acesso ao SUS traga na
418 próxima reunião um parecer sobre esta demanda. A diretora Rosilene Machado
419 sugere que a comissão marque uma reunião com a Dr^a Andressa para discutir todos
420 os itens elencados. O conselheiro **Fernando Marcucci** diz que vai marcar uma
421 reunião da comissão e já adianta que serão solicitados os dados de exames,
422 consultas ambulatoriais e análise da fila de espera. O presidente **Lincoln Ramos** diz
423 que o segmento dos usuários fez alguns questionamentos a gestão por meio do ofício
424 nº 38 a respeito de como estava a questão dos leitos, óbitos no período, a gestão
425 então mandou uma resposta e ela será encaminhada para todo o conselho. Lincoln
426 diz que outra informação importante é que será preciso realizar uma plenária de
427 saúde no dia 17/03. A diretora Rosilene Machado propõe que a Comissão Executiva
428 seja responsável pela organização do evento. O CMS aprova a proposta. O
429 conselheiro **Fernando Marcucci** coloca que a comissão de acesso ao SUS solicitou
430 uma atualização nas informações sobre o enfrentamento a covid e vacinação. O
431 secretário de Saúde **Felippe Machado** faz uso da palavra e apresenta ao conselho o
432 Plano Municipal de Imunização. O conselheiro Ângelo Barreiros questiona que alguns
433 idosos em casas de repouso ainda não receberam a 2^a dose e o prazo de 30 dias
434 está vencendo. O conselheiro Luiz Koury diz que o município está utilizando a
435 Coronavac e a Astrazeneca, a primeira a segunda dose é até 4 semanas, já a
436 segunda o prazo é de 3 meses. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona com qual
437 antecedência a SMS planeja as vacinações, se o conselho pode ser informado sobre
438 o dia e o local destas vacinações e se a Comissão de Acesso Ao SUS pode participar
439 destes eventos com pelo menos 2 conselheiros em cada local, para que assim a
440 comissão possa fazer um relatório das vacinações. O secretário de Saúde **Felippe**

441 **Machado** responde que isso depende muito, infelizmente os planejamentos não
442 acontecem com a antecedência que a SMS gostaria, até mesmo porque as vacinas
443 tem chegado de surpresa e a secretaria não pode perder muito tempo, logo, a
444 secretaria tem um arcabouço montado e rapidamente as equipes tem de desdobrado
445 para atender a população, mas nada impede da SMS informar ao conselho assim que
446 se concretize a ação. Nas ações de *drive-thru* é muito mais fácil do conselho
447 participar devido ao fato de ser ações grandes, já nas salas de vacina fixa a SMS
448 tenta evitar aglomerações, mas evidente que os conselheiros são sempre bem vindos
449 para acompanhar o processo e ajudar a apontar situações que as vezes passam
450 despercebidas, então vai orientar a equipe para que isso seja informado ao conselho,
451 inclusive já queria informar em primeira mão que o Centro De Convivência da Zona
452 Norte passará a funcionar como sala de vacina a partir deste sábado, entendendo
453 que a zona norte tem uma grande população e com muitos idosos. O conselheiro
454 **Laurito Porto filho** questiona quantas pessoas receberam a Coronavac, quantas
455 receberam Astrazeneca e quantas já receberam a 2ª dose. Laurito questiona se as
456 segundas doses de Coronavac estão sendo reservadas para quem tomou a 1ª dose.
457 Laurito questiona que em dezembro o prefeito foi conversar com o instituto Butantã
458 sobre a possibilidade de adquirir vacinas, logo, gostaria de saber se a categoria dos
459 bancários não poderia ser incluída no plano de vacinação destas vacinas que a PML
460 por ventura possa adquirir, pois é a quarta categoria profissional mais afetada
461 segundo os dados epidemiológicos, inclusive a SMS ainda não respondeu o ofício
462 que o SEEB mandou para a SMS sobre essa questão. O secretário de Saúde **Felippe**
463 **Machado** responde que não há separação por laboratório, até mesmo porque a SMS
464 não está tratando assim para que não se crie uma dificuldade de gestão e o
465 profissional não tenha essa questão de escolher vacinas, então a secretaria vai
466 trabalhar com as vacinas liberadas pela ANVISA conforme encaminhado pelo governo
467 federal, mas o que pode afirmar é que até agora Londrina recebeu 6670 doses da
468 ASTRAZENECA, ou seja, um número bem menor que da Coronavac, então todas as
469 segundas doses feitas foram da Coronavac. Em relação as segundas doses, o estado
470 do Paraná pactuou que as vacinas só seria direcionado aos municípios o percentual
471 referente a metade das doses que recebeu e a outra metade vai ficar guardada para
472 num futuro próximo eles fazerem a distribuição, justamente porque há uma
473 insegurança junto ao governo federal do envio das segundas doses e isso poderia
474 ocasionar a não conclusão do esquema de vacinação, já no caso da Astrazeneca a
475 orientação foi para aplicar todas as doses disponíveis, considerando que o
476 espaçamento entre as duas doses é muito maior e o MS garante que neste período
477 irá enviar as segundas doses da vacina. Em relação a visita do prefeito ao Instituto
478 Butantã, na ocasião o prefeito firmou um termo de intenção de compra, entretanto,
479 dias depois o governo federal sinalizou a compra do Butantã e assinou um contrato de
480 exclusividade com o instituto, o qual determina que 100% das vacinas produzidas
481 serão direcionadas ao MS, mas claro que isso é muito dinâmico e isso pode mudar
482 daqui alguns meses. Com relação a inclusão de novas categorias em vacinas
483 eventualmente adquiridas pelo município, se isto acontecer a SMS tem realmente a
484 prerrogativa de definir as prioridades e alterar o plano, então fica o seu compromisso

485 com o conselho de ao menos debater isso futuramente se isso acontecer, então seria
486 possível incluir os bancários se o município fizesse a aquisição de vacinas,
487 evidentemente com as devidas justificativas e de acordo com o interesse público de
488 minimização dos impactos da pandemia. Em relação a resposta do relatório dos
489 bancários, houve alguns entraves administrativos, mas a SMS vai tentar corrigir isso e
490 encaminhar na próxima semana. O conselheiro **Laurito Porto Filho** diz que no
491 começo de fevereiro o SEEB enviou um ofício a DVS informando um surto numa
492 agencia da Caixa Econômica, onde 10 pessoas foram positivadas para covid num
493 espaço de 15 dias. Hoje teve conhecimento de um problema sério numa agencia do
494 Santander, onde um gerente regional, mesmo sintomático para covid, foi trabalhar e
495 fez uma reunião com todos os gestores da cidade e estes estão disseminando os
496 vírus por todas as agencias, inclusive uma agencia na Avenida Tiradentes foi fechada
497 por este motivo, então é aquilo que vem tentando repassar para a SMS: há um
498 problema sério com a categoria dos bancários, muito pouco reconhecida na sua
499 atividade essencial e que não está tendo respaldo diante do cenário de pandemia,
500 pois mesmo com o pedido junto a prefeitura a categoria não foi atendida e ficou
501 alijada do debate, pois o governo federal está perdido e a categoria vem sofrendo
502 muito, tanto que em Londrina já ouve 2 óbitos de bancários, então a situação é grave
503 e a categoria mesmo atuando desde o início da pandemia está sentindo falta de
504 reconhecimento da população e do poder público. A conselheira **Alexsandra Moreira**
505 diz que está recebendo alguns questionamentos de assistentes sociais que atuam
506 com pessoas com deficiência nas entidades conveniadas ao SUS, sobre o fato de não
507 terem sido vacinas ainda, logo, gostaria de saber se estes profissionais estão
508 elencados para as próximas fases de vacinação. O secretário de Saúde **Felippe**
509 **Machado** responde que atualmente estão sendo vacinados os profissionais de saúde
510 com mais de 40 anos em serviços de saúde desde que estejam com o registro em dia
511 em seu conselho de classe e tenham feito cadastro prévio no site da PML, até sábado
512 foram 1000 e hoje foram validados mais 1240 profissionais de diversas áreas, entre
513 eles os assistentes sociais que estejam nos serviços de saúde. Seguindo os trabalhos
514 o secretário de Saúde **Felippe Machado** apresenta um relatório de vacinação e da
515 covid no município. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona o número de leitos
516 disponíveis no HCOR e porque as vezes tem vaga neste hospital e ficam mandando
517 apenas para o HU. O conselheiro Laurito Porto questiona que não há nos relatórios
518 dados sobre pessoas sequeladas após o covid. O secretário de Saúde **Felippe**
519 **Machado** diz que não sabe como seria possível conseguir estas informações, mas vai
520 analisar isso junto aos hospitais essa possibilidade. Em relação ao HCOR e HU, o HU
521 enche mais porque são hospitais de diferente perfil de atendimento, de contratos e
522 referencias diferentes, no HCOR são 40 leitos de UTI contratados exclusivamente,
523 então não é um hospital que tem porta aberta, então não pode mandar para lá um
524 doente que seja indicativo de enfermaria, a regulação é medica , o que tem sido
525 regulamentado é que todos os pacientes com critérios de internação de UTI de
526 Londrina que estejam fora do HU sejam direcionados ao HCOR, por outro lado, o
527 HCOR também atende pacientes do HU, sejam de transferência de UTI ou pacientes
528 de enfermaria do HU que acabam agravando e precisam de um leito, então não dá

529 para comparar os dois hospitais, sem contar o fato de que o HU é referência para 97
530 municípios e mais de 2 milhões de habitantes. O conselheiro Jurandir Rosa questiona
531 quantos moradores de rua já foram infectados com covid e quantos foram a óbito. O
532 secretário de Saúde **Felipe Machado** responde que não tem conhecimento sobre ter
533 ocorrido óbitos entre moradores de rua, já o número de infectados não são muitos,
534 mas vai levantar estes dados e encaminhar ao CMS. O município montou uma casa
535 de apoio para os pacientes de rua ficarem em isolamento domiciliar com toda
536 assistência do município. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta
537 “Aprovação de Lista de Equipamentos que serão Adquiridos com saldo de Recursos
538 Estaduais anteriormente recebidos”. Evilin Gorckis (SMS/DPGS) explica que o
539 conselho precisa aprovar uma lista de equipamentos para que a SMS possa solicitar a
540 SESA uma adesão a resolução 46/2021 para utilização de saldos remanescentes de
541 resoluções anteriores de aquisição de equipamentos: Resolução Sesa Nº 607/2015,
542 Resolução Sesa Nº 604/2015 - 514/2017, Resolução Sesa Nº 563/2018 E 373/2018.
543 O conselheiro **Laurito Porto Filho** propõe que o CMS aprove a aquisição destes
544 equipamentos e que depois a SMS encaminhe quais UBS's serão contempladas.
545 Evilin Gorckis diz que na maioria dos itens, cada UBS vai receber ao menos 1, o único
546 item que tem menos é a autoclave, então já foi definido que será encaminhado para
547 as UBS's Cabo Frio, Santa Rita, Aquiles, Lindoia, Marabá e San Izidro, mas a SMS
548 pode encaminhar posteriormente um relatório de todos os equipamentos adquiridos e
549 sua destinação. O CMS aprova a resolução 002/2021 com a relação de
550 equipamentos em atendimento à Resolução SESA nº 0046/2021, que estabelece
551 critérios e dispõe sobre as condições para a aplicação dos saldos de recursos
552 financeiros, habilitados nas Resoluções Secretaria da Saúde do Paraná – SESA,
553 referente a incentivo financeiro de investimento para a aquisição de equipamentos
554 para as Unidades de Atenção Primária. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto
555 de pauta: Informes. O conselheiro **Jurandir Rosa** coloca à disposição da SMS a sede
556 do SINDINAPI para vacinação dos idosos. A diretora **Rosilene Machado** agradece
557 em nome da SMS ao SINDINAPI. O conselheiro **Laurito Porto Filho** informa que a
558 executiva irá encaminha ofício ao município e a CML solicitando a inclusão do CMS
559 no debate sobre a LDO do ano que vem. O conselheiro **Ângelo Barreiros** questiona
560 sobre retenção de pedidos de exames de eletrocardiograma em UBS's e se isso tem
561 ocorrido em todas as unidades, se for possível que a SMS faça uma solicitação as
562 coordenadoras das UBS's que informem a quantidade de exames retidos em suas
563 unidades e que não são informados a regulação. O conselheiro **Fernando Marcucci**
564 informa que este assunto já foi deliberado e será encaminhado para a Comissão de
565 Acesso ao SUS. O conselheiro **Edvaldo Viana** pede a inclusão do conselheiro Ângelo
566 Barreiros na Comissão de acesso ao SUS. O conselheiro João Batista Martins pede
567 que seja incluído na Comissão de Saúde Mental do CMS. Esta ata foi digitada pelo
568 servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e revisada pela secretária Sandra Bavia.

| | | |
|----------|---------------------------------|--|
| Titular | Carlos Felipe Marcondes Machado | |
| Suplente | Rosilene Machado | |

| | | |
|----------|------------------------------------|------------|
| Titular | Maria Lúcia da Silva Lopes | Ausente |
| Suplente | Joelma Aparecida de Carvalho | Justificou |
| Titular | Fábio Molim | |
| Suplente | Pilar Nadir Alvares Soldório | Ausente |
| Titular | Lincoln Ramos e Silva | |
| Suplente | Luís Alfredo Gonçalves | Ausente |
| Titular | Sergio Luis Conojó | |
| Suplente | Maria Celeste Vitorazzo | Ausente |
| Titular | Joice Mara Cruciol e Souza | |
| Suplente | Ester Massae Okamoto Dalla Costa | |
| Titular | João Batista Martins | |
| Suplente | Nadya Christina Silveira Pellizari | Justificou |
| Titular | Fernando César Marcucci | |
| Suplente | Flávia Gonçalves | Justificou |
| Titular | Alexsandra A Jesus Moreira | |
| Suplente | Ana Paula Gracindo | |
| Titular | Edmilson Garcia | |
| Suplente | Manoela Germinari Pessoa | Ausente |
| Titular | Lincoln Vieira Magalhães | |
| Suplente | Luiz Soares Koury | |
| Titular | Fahd Haddad | |
| Suplente | Ana Paula Cantelmo Luz | |
| Titular | Rita Domansky | |
| Suplente | Vivian Biazon El Reda Feijó | Ausente |
| Titular | Reilly Aranda Lopes | |
| Suplente | Geraldo Júnior Guilherme | |

| | | |
|----------|-----------------------------|------------|
| Titular | Edvaldo Vianna | |
| Suplente | Sem indicação | |
| Titular | Sem indicação | |
| Suplente | Livaldo Bento | Ausente |
| Titular | Vaine Teresinha P Marques | |
| Suplente | Teresa Moreschi | |
| Titular | João Victor Custódio Nery | |
| Suplente | Maria Inês Bento Gimenes | Ausente |
| Titular | Silvia Aparecida Brazao | Ausente |
| Suplente | Ailton de Souza | Ausente |
| Titular | Wagner Aguiar de Almeida | |
| Suplente | Sônia Oliveira da Silva | Ausente |
| Titular | Faustino Aparecido de Abreu | |
| Suplente | Alcides Antônio Oliveira | Justificou |
| Titular | Neide Aparecida Gonçalves | |
| Suplente | João Maria Cabral | Ausente |
| Titular | Eunice Tieko Myamoto | |
| Suplente | Edvaldo Zanutto | |
| Titular | Laurito Porto de Lira Filho | |
| Suplente | Regina Ferreira de Souza | |
| Titular | Jurandir Pinto Rosa | |
| Suplente | Jair Rodrigues Pereira | Ausente |
| Titular | Ângelo Barreiros | |
| Suplente | Sem indicação | |
| Titular | André Akira Horiuchi | |
| Suplente | Maria José Barbosa | |

| | | |
|----------|--------------------|--|
| Titular | Sem indicação | |
| Suplente | Alexandre Montezin | |

569